

# MANUEL DOS SANTOS LIMA: A ESCRITA DO(S) EXÍLIO(S) DUMA ANGOLANIDADE ENSOMBRADA POR CICATRIZES DOS SOIS DA INDEPENDÊNCIA

SALVATO TRIGO

Universidade Fernando Pessoa

Começarei a minha comunicação por uma nota pessoal, para evocar ter conhecido o escritor angolano, que aqui muito justamente homenageamos, Manuel dos Santos Lima, numa das terras de seus vários exílios, neste caso, o Canadá, onde, então, ele era professor. Dele tinha ouvido falar, pela primeira vez, em Angola, no final dos anos de 1960, sendo eu professor na, então, cidade de Nova Lisboa (Huambo), no Colégio dos Padres do Espírito Santo, antes designado por Colégio de Alexandre Herculano, e cronista assíduo do jornal local *O Planalto*, descobrindo-o literariamente, no início dos anos de 1970, em Luanda, numa edição mimeografada pela rede da clandestinidade nacionalista da antologia dos seus poemas, organizada, em Lisboa, em 1961, por Carlos Ervedosa e Fernando Costa Andrade, sob o título *Kissange*, e publicada pela Casa dos Estudantes do Império.

Li, depois, o seu primeiro romance, *As sementes da liberdade*, na edição brasileira de 1965, que Jorge Amado recomendou para a Civilização Editora, numa manifestação de apoio a um discurso de denúncia e de combate contra o regime colonial português no seu estertor, que a guerra viria a acelerar. Obra de revisitação à curta adolescência angolana do nosso autor, vivida na então Vila Teixeira de Sousa, e aos valores de carácter que ali lhe foram transmitidos pelo pai santomense, antes de partir para Lisboa, a capital dum império, de há muito, decadente e mistificado, para estudar e se fazer homem. Mas obra também onde começa a afirmar-se uma escrita de racionalidade, ideologicamente controlada, aqui e ali pigmentada por humana afetividade, sobre a guerra colonial, suas peripécias e suas contradições.

Escrita que manterá a mesma frieza analítica no seu segundo romance, *As lágrimas e o vento* (1975), título com sugestivas marcas de cicatrizes de exílio, em que a omnisciência do narrador, Almi Boaventura, chefe guerrilheiro, desertor do exército colonial, como encenador das linguagens em contenda, foi mais construída pela leitura dos relatórios que chegavam da frente de batalha ao Centro de Operações Especiais de Lamego, que teve ocasião de analisar, antes da deserção, do que por uma efetiva experiência como interventor na guerra colonial que tem aqui, no plano da enunciação, o seu *incipit*.

Com a publicação do terceiro romance, *Os anões e os mendigos* (1984), as técnicas narrativas revelam-se muito mais aperfeiçoadas e a escrita ganhou em densidade analítica, sem perder em estética. Em 23 de novembro de 1984, aqui na cidade do Porto, escreveria Manuel dos Santos Lima na dedicatória que me fez deste romance: «Na minha terra eles são anões e mendigos e detêm o poder...». Cataforizava-me, assim, o propósito deste romance de fazer a anatomia do poder em Angola, esvaído que estava o sol da independência, cadinho das esperanças de total libertação de um povo do poder colonial, mas também alcova de intrigas e de traições à pureza dos ideais mobilizadores para o combate, que motivaram a deserção do nosso autor do exército português, para se tornar no primeiro comandante em chefe do Exército Popular de Libertação de Angola, a matriz sobre que se desenvolveriam as FAPLA, o braço armado do MPLA de que o nosso escritor foi também militante ilustre, identificado que estava com os seus fundadores mais destacados, como os irmãos Pinto de Andrade ou Gentil Viana, por exemplo.

Numa espécie de exórdio ao romance, escreveu Manuel dos Santos Lima:

*Era manhã e havia aplausos quando eles tomaram conta da Cidade. E logo dos cadeirões decretaram aos novos juízes e carrascos as suas ordens contra os companheiros das antigas esperanças. Eis-nos, pois, accionistas fraudados, perante o Livro de Contas da Democracia. Qualquer semelhança com os mandarins, vendilhões e aprendizes de feiticeiro que, as mãos tintas de sangue, reinam nas Áfricas ditas independentes, será pura coincidência. O diabo tece-as, lá diz a sabedoria popular...*

É na alegoria da libertação da República da Costa da Prata, esse país ficcional tão simbólico, em que emerge Davi Demba como líder messiânico e fonte de esperança para um povo sedento de liberdade, que, todavia, foi ainda mais oprimido e, desta feita, por um dos seus, que o autor vai, dialogicamente, compondo a polifonia do carnaval do seu texto, emprestando voz a todos aqueles que na economia do romance podiam analisar, sem paixão, as contradições ideológicas que serviram, e servem, para sustentar os tais mandarins no poder.

Nessa polifonia, destaca-se a voz do comandante do exército de libertação, Emmanuel Mpema, que não podemos deixar de ler biografematicamente:

*Antigamente atribuíam-se à colonização todos os males de que sofriam o povo e os líderes de todo o cariz político, progressistas ou reaccionários, porque em África só existiam esses dois extremos, propalavam a independência como uma poção mágica para curar a economia, a discriminação, a indignidade, em suma, tudo quanto afectava o pobre africano, uma espécie de pária da História. (p. 25).*

Mais interessada na hermenêutica dos factos do que nas frases feitas de ideologias apressadamente coladas no discurso adjetivamente anticolonial, a obra literária de Manuel dos Santos Lima faz-se de uma escrita de testamento político de um autor que, tendo vivido por dentro do sistema colonial, opressivo, militar, não renegou a sua condição de colonizado esclarecido que foi construindo a íntima convicção de que tal sistema era irreformável, dado o cinismo com que atuava, como mais uma vez demonstrava, ao revogar o indecoroso Estatuto do Indigenato, com a mudança artificial da designação de colónias para a de províncias ultramarinas, nos anos, já de brasa, de 1960. Com esta prestidigitação onomástica, o regime vinha, afinal, acentuar a dimensão de portugalidade do sistema colonial, o que, desde sempre, o tornou autofágico.

Escrita de uma honestidade intelectual, que importa sublinhar, filosoficamente tributária da velha máxima de Plauto «homo homini lupus», que convoca para o seu discurso dialógico as vozes polifónicas que, embora clamando no deserto, tal como no seu tempo o fizeram os chamados velhos intelectuais de Angola, são vozes que só as más consciências coloniais ou as do novo mandarinato das independências não queriam escutar, antes, perseguir e silenciar. É, por isso, uma escrita de *ethos*, quiçá desenvolvida no horizonte inspi-racional não só de Pablo de Neruda e do seu *Canto general* mas também de outros autores que eram lidos na Casa dos Estudantes do Império, tais como Jorge Amado, Érico Veríssimo, Nicolás Guillén, Garcia Llorca, Aimé Césaire e Léopold Senghor.

Uma escrita de resgate cultural e civilizacional duma África-mãe que chorou lágrimas de sangue, no tempo da opressão colonial, e que chora agora lágrimas de chumbo no tempo das independências que frustraram os sonhos da «geração contundida», como lhe chama o nosso autor, ou da «geração da utopia», como a designa Pepetela num romance assim intitulado, ou da «geração desiludida» por essas independências.

Manuel Lima faz o percurso para esse tempo de desilusão, a partir de narrativas da guerra colonial, proclamada demiurgicamente guerra da libertação por aqueles que, como ele, acreditavam em que as sombras do regime opressor seriam derrotadas pelos sóis das independências. Foi acompanhando esse percurso que se tornaram presentes em mim textos emblemáticos que emparceiram perfeitamente com *Os anões e os mendigos*, naquilo que este romance tem de fábula e de sátira política dum negrismo opressor desonestamente fincado numa negritude que se não honra.

O primeiro desses textos foi, desde logo, o *Les soleils des indépendances* (1968), do marfinês Ahmadou Kourouma, cuja história se passa, tal como a de *Os anões e os mendigos*,

num país utópico – a República da Costa dos Ébanos, semelhante à República da Costa da Prata. O segundo foi o romance *The interpreters* (1965), do nigeriano Wole Soyinka, história situada na cidade de Lagos, capital da Nigéria, no intervalo entre a independência do país e a guerra civil. Os três romances, pertencentes a três literaturas africanas diferentes, acabam por poder dialogar em torno da mesma triste problemática – a degradação dos costumes, a perda de valores essenciais de identidade e de carácter, a corrupção associada ao poder totalitário. Nenhum dos três romances cedeu à demagogia fácil de submeter a dimensão estética e ética à vazia repetição de lugares-comuns ideológicos, porque sobre estes, os seus autores, já todos tinham feito quase uma catarse da indignação pelos rumos em que os novos senhores do poder, nas várias independências africanas, meteram os seus países e o seu povo.

Que não seria pela cedência teórica às ideologias, mas por uma reflexão sobre os princípios genuínos que sustentaram inicialmente a guerra de libertação, vemo-lo claramente em *Os anões e os mendigos*, sobretudo na 2.<sup>a</sup> parte, no capítulo IV, intitulado «O camarada presidente», que começa com uma intencional citação de A. Camus:

*O azar é que vivemos numa época de ideologias e de ideologias totalitárias, isto é, demasiado seguras de si próprias, da sua razão idiota ou da sua verdade curta, para só verem a salvação do mundo na sua própria dominação. E querer dominar alguém ou qualquer coisa, é desejar-lhe a esterilidade, o silêncio ou a morte.*

Esses princípios permeiam *Os anões e os mendigos*, através de uma narrativa panorâmica, particularmente vívida e aqui e ali hiper-realista e mesmo expressionista, carregando da história da libertação colonial de Angola os factos, os valores e os sonhos que a escreveram, perdidos agora, na embriaguez dum poder totalitário que Davi Demba e sua coorte exerciam, em nome da independência e do povo, como sempre o invocam os revolucionários de algibeira, mas que, na verdade, era um poder contra o povo, usando a independência para oprimir em vez de para remir o longo sofrimento desse povo sob o jugo colonial.

Essa panorâmica faz-se de quadros, moralmente chocantes, uns, e outros, relativamente exaltantes e exultantes, que, revividos a esta distância por quem, como eu, foi duma boa parte deles testemunha, como aconteceu na debandada acintosamente provocada de centenas de milhares de residentes, não apenas europeus ou angolanos de origem europeia mas também de angolanos negros nos quais a esperança na independência estava, como escreveu Manuel Lima, «infiltrada pelo medo». Essa debandada, que desagregou o funcionamento administrativo e económico do país acabado de surgir, era, todavia, febrilmente acompanhada pela esmagadora maioria do povo e da «ávida pantera negra», como escreveu Manuel Lima, que via nela não um empobrecimento para o país, mas uma afirmação da transição dum poder branco opressor para um poder negro libertador e eufórico que, rapidamente, se tornou disfórico, intransigente e opressor.

Os fundamentos factuais e filosóficos desta narrativa panorâmica estão muito claros no primeiro capítulo do romance, no qual o narrador entrega à jornalista Tamar Rossi, por um lado, e ao sociólogo e pedagogo, Elias Fontaine, por outro lado, a função embraiadora, comparatista, profética e de vituperação dos comportamentos anódinos de gente venerada como Messias pelo seu povo, cujas esperanças num futuro melhor traíram indecorosa e criminosamente. Não quero, no entanto, fazer aqui a anatomia filosófica, ética e política de *Os anões e os mendigos*, porque outros companheiros a irão certamente fazer nas comunicações que o romance lhes suscitou. A mim, basta-me concordar com o nosso autor que, entrevistado para a União dos Escritores Angolanos, disse acerca do seu livro:

*Trata-se de um romance satírico, amargo e triste, inspirado pelos conhecimentos adquiridos, analisados e comparados, durante a luta de libertação, junto de muitos Estados africanos... E o comportamento corrupto da maioria dos políticos africanos é demasiado conhecido, comentado e censurado internacionalmente por estados sérios e insuspeitos e é até ridicularizado pelos próprios cidadãos dessas repúblicas produtoras de muitas bananas.*

Se a fábula do romance fica, assim, particularmente clarificada, a motivação para a trama compreende-se ainda melhor, quando Manuel Lima insiste:

*Foi durante a luta de libertação que cheguei à conclusão de que havia em África muitos anões, mendigos e até palhaços, alguns com mãos tintas de sangue irmão... Espanto-me no entanto que os meus contemporâneos não tenham tido coragem de se opor aos mabecos e predadores da nossa História.*

Referia-se certamente Manuel Lima a chefes de estado africanos com quem se encontrou na sua carreira política e com quem viveu «situações que foram do solene ao divertido e caricato». Exemplificou algumas dessas situações ocorridas, como escreve, com Joseph Kasavubu (presidente da República do Congo-Kinshasa, de 1960 a 1965), Mobutu Sese Seko (sucessor na presidência de Kasavubu), Cyrille Adoula (primeiro-ministro do Congo-Kinshasa, de 1961 a 1964) e quejandos, de quem diz desabridamente que «eram palhaços corruptos», fazendo uma menção especial ao abade Fulbert Youlou (primeiro presidente da República do Congo-Brazzaville, de 1959 a 1963), o qual, escreve Manuel Lima, «chegou a receber-me, às nove da manhã, já embriagado».

Não tinha sido por esta África que o alferes miliciano, Manuel dos Santos Lima, desertara, na Síria, do exército português; não foi para essa África que o comandante Santos Lima organizou o Exército Popular de Libertação de Angola e pegou em armas para combater pela independência do seu país; era outra a África pela qual convictamente arriscou a vida. Era a África dos valores civilizacionais próprios e da cultura da dignidade do ser humano, independente da cor da pele, da crespação dos cabelos ou das abas nasais ou gros-

surra dos lábios; era a África que tinha a sua própria música, os seus ritmos de dança, o seu teatro, a sua escultura, a sua oratura, os seus rituais religiosos e de passagem, a sua forma de cultivar a terra e de se unir animisticamente à Natureza, deificando montanhas, lagos, rios ou mares, sem hostilizar a técnica, a tecnologia e a ciência. Era a África da descoisi-ficação das pessoas, que o eurocentrismo tanto tinha coisificado e barbarizado, mesmo depois de eminentes antropólogos europeus, como Léo Frobenius, para citarmos apenas um, terem fundamentamente concluído que «a ideia do negro bárbaro não passava de uma invenção europeia».

Era essa África, temporaneamente descoberta pela civilização greco-romana, trazida para as páginas da história ocidental por Tito Lívio e cenário dum dos primeiros e maiores poemas épicos da literatura europeia renascentista, como o foi, e é, o conjunto de nove livros e de quase 6.800 versos, intitulado *A África*, com o qual Petrarca manifestou a sua paixão pela obra daquele historiador (Tito Lívio) e mostrou a sua enorme admiração poética pelo autor romano Virgílio e pelo seu poema *A Eneida*. Petrarca, graças a essa obra, onde se narra a vitória de Cipião, o general romano cognominado de «Africano», sobre o general cartaginês, Aníbal, na 2.<sup>a</sup> Guerra Púnica, foi coroado como «Poeta de Roma», em 1341.

Era essa África de civilizações e culturas primevas, que Cheik Anta Diop quis redescobrir, no seu ensaio *L'antériorité de la civilisation africaine*, para juntar a sua voz reivindicativa à daqueles intelectuais negro-americanos, como William DuBois, T. Booker Washington, Langston Hughes, Marcus Garvey, Richard Wright, Countee Cullen e outros que, já no século XIX, clamavam pelo reconhecimento das suas expressões culturais de matriz africana, como parte integrante da multiculturalidade americana, princípio da reclamação pelos seus direitos cívicos que, desde a Conferência de Niagara, de 1905, tardaram, infelizmente, mais de seis décadas a ser aceites como naturais à condição humana universal.

É com estas causas da dignificação do humano que a escrita de Manuel Lima mais se densifica e melhor se revela amadurecida, reflexiva, profunda, em *Os anões e os mendigos*, depois da fase do discurso de circunstância, apegado à crónica da guerra colonial e de libertação (como em *As sementes da liberdade* e em *As lágrimas e o vento*), que tem para nós, além do mais, um claro interesse de rito de passagem no crescimento que como escritor alcançou, para preencher na literatura angolana de língua portuguesa um lugar fundador, tal como Kourouma, na Costa do Marfim, ou Soyinka, na Nigéria, de uma escrita de catarse e de resgate de um negrismo ideológico e fundamentalista que, enquanto ataca um pretenso neocolonialismo, quer desviar a atenção de tiranias e atentados à dignidade humana, que, não raras vezes, querem justificar em nome do direito de manter tradições indignas e anquilosadas, como a da excisão clitorica entre outras.

Essa escrita fundadora, em que se filiarão mais tarde, nos finais dos anos de 1990, Pepetela e Manuel Rui Monteiro, tem-na Manuel Lima tributária da influência que a sua geração, como ele mesmo confessa, recebeu dos negro-americanos, acima citados, «porque

tinham voz e imagem positivas em todos os campos: da música, literatura, cinema, dança, ciência, desporto, movimentos reivindicativos». Por isso mesmo, aquele tributo explicitá-lo-á melhor Manuel Lima com a peça *A pele do diabo*, na qual procura esconjurar, dentro da escrita de catarse, a que me referi, as desigualdades que, mesmo nas sociedades das pós-independências, são geradas pela descendência mestiça de pai europeu. O psiquiatra Franz Fanon, que Manuel Lima conhece bem, terá para isso uma melhor explicação do que aquela que nós podemos avançar, quando defendemos, como Aimé Césaire perante o gendarme francês que o questionou sobre a sua raça, que a raça humana é toda a mesma, ou como o poeta de *No antigamente, na vida*, de Luandino Vieira, que a pele é só o embrulho da alma!

Embora sentindo, e sentindo-se na sua escrita, que as fronteiras raciais, antropológicamente inexistentes mas politicamente atuantes, continuam a ser segregativas, o universo da escrita criado por Manuel Lima não cede ao exotismo paisagístico nem aos localismos linguísticos com que muitos autores querem «racializar» os seus textos. A sua escrita, especialmente a de *Os anões e os mendigos*, demonstra claramente que a correção linguística e formal no plano morfossintático não retira substância semântica à africanidade e à angolitude, como ele prefere, da sua obra. Assume-se, assim, com um discurso verdadeiramente lusófono, porque sabe bem, e sem quaisquer complexos filosóficos, culturais ou sociológicos, que a lusofonia não é a expressão da portugalidade, como muitos dos seus detratores a acusam, antes a expressão de identidades multiculturais que o longo contacto histórico da língua portuguesa transplantada gizou noutras geografias humanas.

Concluamos, então: este último romance de Manuel Lima é, sem dúvida, uma ilustração qualificada duma escrita que, germinada essencialmente no exílio e por isso ensombrada pelas cicatrizes dos sóis das independências mal geridas, cinquenta anos depois da publicação do seu primeiro romance, ganhou autoridade e firmeza estética, emprestando à literatura africana, em geral, e à literatura angolana, em particular, uma voz ética e redentora. Uma voz com autoridade moral e histórica para discordar, aqui e agora, do que Agostinho, Bispo de Hipona, um ilustre africano mais conhecido por Santo Agostinho, aconselhou a seu filho espiritual, Francesco Petrarca, quando, artificialmente, este fez entrar a África triunfalmente na ópera *Spectrum* por ele escrita: «A África aos africanos!»

Com Manuel dos Santos Lima, leitores da sua obra e de outras tantas obras da literatura africana, que se reclamam, com estética, duma ética política, diremos hoje: a África aos africanos e a todos aqueles que, pelo honesto estudo, reconheçam nela uma das mátrias da sua comum humanidade!

